Art. 31.º A fiscalização de todos os serviços da secretaria incumbe ao agente do Ministério Público junto da Auditoria, o qual pode, no uso dessas atribuições, promover, em relação aos respectivos funcionários, a aplicação das sanções disciplinares correspondentes às faltas que notar.

§ único. O agente do Ministério Público terá e escriturará, além dos demais livros que as necessidades do serviço aconselhem, um livro para o registo da correspondência por ele expedida e outro para a recebida, com termos de abertura e encerramento, e todas as folhas numeradas e por ele rubricadas.

Art. 32.º É da competência do auditor a aplicação de quaisquer penas disciplinares aos funcionários da secretaria, excepto as de suspensão de exercício e vencimento por mais de três meses e as de transferência e demissão, que só o Governo pode decretar.

Art. 33.º O auditor pode conceder a cada um dos funcionários da secretaria, em cada ano judicial, licença até trinta dias, isenta de selos e emolumentos e sem perda de vencimentos, e por mais tempo ou para ser gozada no estrangeiro só o Governo a pode conceder.

§ único. O funcionário que a obtiver não poderá começar a gozá-la sem o comunicar ao auditor e ao agente do Ministério Público, assim como o lugar onde vai residir, e será obrigado a apresentar-se ao serviço antes de decorrido o prazo da licença, se isto lhe fôr ordenado pelo auditor.

Art. 34.º Os auditores, nas suas licenças e impedimentos, serão substituídos pelo juiz de uma das varas cíveis, nomeado pelo presidente da Relação.

Art. 35.º As sentenças proferidas nos processos do Contencioso Administrativo passadas em julgado terão força executória.

§ 1.º Tratando-se de decisão que dê lugar a execução para entrega de coisa certa ou de quantia certa, será esta promovida perante os tribunais comuns, com base na certidão da sentença e do seu trânsito em julgado, ou na conta quando se tratar de custas.

§ 2.º Se a decisão implicar a prestação de um facto por parte da Administração, a execução será requerida ao respectivo governador civil, a quem, por intermédio dos órgãos administrativos competentes, caberá o promover o cumprimento da sentença pela forma menos prejudicial à continuidade da função pública.

§ 3.º O disposto no parágrafo anterior é aplicável à hipótese de que trata o artigo 13.º, sendo porém a decisão da 1.ª instância logo executória.

Art. 36.º Enquanto não fôr publicado o novo Código Administrativo, as reclamações relativas às eleições das instituições mencionadas no n.º 7.º do artigo 1.º deste regulamento serão julgadas de harmonia com o disposto no n.º 9.º do artigo 253.º do Código Administrativo de 1896.

§ único. Da sentença cabe recurso para o Supremo Conselho de Administração Pública, no qual se observarão os demais preceitos do artigo 13.º

Art. 37.º É reconhecido a qualquer eleitor o direito de deduzir a reclamação contenciosa a que se refere o artigo 421.º do Código Administrativo de 1896.

Art. 38.º Os corpos e corporações administrativas e as entidades a que se refere a segunda parte do n.º 1.º do artigo 1.º deste regulamento só poderão estar em juízo, como autores ou réus, juntando certidão da deliberação com a respectiva autorização, a qual valerá, na falta de restrição expressa, para ambas as instâncias.

Art. 39.º Os processos instaurados perante o auditor e referentes às questões mencionadas no n.º 8.º do artigo 1.º, mesmo que não revistam a forma de reclamação, seguirão, seja qual fôr a entidade que venha a juízo, os trâmites processuais indicados neste regulamento,

salvo quanto à exigência da junção da certidão da decisão recorrida.

Art. 40.º O prazo para as reclamações contra deliberações dos corpos e corporações administrativas é de três meses, contados da data em que a deliberação se executou, sempre que lei especial não determine outro prazo.

Art. 41.º Sobre custas nas auditorias regulará o artigo 114.º do regulamento do Supremo Conselho de Administração Pública.

Art. 42.º Em tudo que não estiver previsto neste regulamento observar-se há o que fôr aplicável do regulamento do Supremo Conselho e nos casos omissos num e noutro regulamento as disposições vigentes do processo civil.

Presidência do Ministério, 16 de Janeiro de 1931.—
O Presidente do Ministério, *Domingos Augusto Alves da Costa Oliveira*.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E DOS CULTOS

Direcção Geral da Justiça e dos Cultos

2.ª Repartição

Rectificação

Por terem saído com inexactidões, novamente se publicam as disposições abaixo transcritas do decreto n.º 19:231, de 10 do corrente, já publicado no *Diário do Governo* n.º 9, 1.ª série, de 12 do mesmo mês e ano:

§ 1.º do artigo 1.º:

Esta comissão é constituída pelos directores da policia de investigação criminal, do Instituto de Medicina Legal de Lisboa e do Instituto de Criminologia da mesma cidade e por um delegado de cada um dos bancos emissores. Todos estes estabelecimentos devem auxiliar a comissão no serviço de investigação criminal, de policia científica e de policia criminal.

Artigo 3.º:

Os vogais da comissão instituída por este decreto consideram-se compreendidos na autorização a que se refere o artigo 33.º do decreto n.º 18:754, de 16 de Agosto de 1930.

Artigo 4.º:

Para os efeitos do artigo 1.º, a investigação dos crimes a que se refere este decreto competirá, no território do continente da República, exclusivamente à policia de investigação criminal de Lisboa, tundo em juízo os autos por ela levantados força de corpo de delito e podendo no exercício destas funções corresponder-se com todas as autoridades e repartições públicas, que lhes prestarão todas as facilidades e auxílios.

Ministério da Justiça e dos Cultos, 15 de Janeiro de 1931.— O Ministro da Justiça e dos Cultos, *Luis Maria Lopes da Fonseca*.

Cultos

Para os devidos efeitos se declara que, pelo Ministro da Justiça e Cultos, foram assinadas as competentes portarias mandando entregar em uso e administração, nos termos dos artigos 10.º e 11.º do decreto n.º 11:887, de 6 de Julho de 1926, às corporações encarregadas do culto católico nas localidades infra relacionadas os seguintes bens:

Cervães, concelho de Vila Verde, distrito de Braga, a igreja paroquial e capelas públicas, com suas dependências e objectos do culto, e a residência paroquial e